



Consórcio Intermunicipal de Saúde
Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR

Concurso Público 01/2026

CADERNO DE PROVA

ANALISTA EM ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA



3 horas



50 questões



4 alternativas



Saída permitida somente
após 1 hora de prova



O candidato só poderá
levar este Caderno após
2 horas de prova

- ☞ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ☞ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ☞ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ☞ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ☞ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36		41		46	
02		07		12		17		22		27		32		37		42		47	
03		08		13		18		23		28		33		38		43		48	
04		09		14		19		24		29		34		39		44		49	
05		10		15		20		25		30		35		40		45		50	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Telemedicina: avanços e desafios na integração da tecnologia à prática médica

A telemedicina, definida como o uso de tecnologias de comunicação e informação para fornecer cuidados de saúde à distância, tem se tornado uma ferramenta essencial na modernização dos sistemas de saúde globais. Desde sua implementação inicial, que remonta ao uso do telégrafo e do rádio para transmitir informações médicas, a telemedicina evoluiu significativamente, sendo potencializada pelo advento da internet e de tecnologias digitais avançadas. Essa prática ganhou relevância particular durante a pandemia de COVID-19, em que a necessidade de manter o distanciamento social impulsionou sua adoção em uma escala sem precedentes.

A pandemia de COVID-19, em particular, acelerou o processo de adoção da telemedicina em todo o mundo. As restrições impostas pela necessidade de isolamento social e o aumento da demanda por serviços de saúde forçaram muitos países a implementar rapidamente sistemas de telemedicina, mesmo onde anteriormente havia resistência ou regulamentações limitantes. No Brasil, a telemedicina foi regulamentada de forma emergencial em 2020, com a finalidade de garantir o atendimento a pacientes sem expô-los ao risco de contágio.

O conceito de telemedicina abrange uma ampla gama de aplicações, desde consultas simples por videoconferência até o monitoramento remoto de pacientes crônicos e intervenções cirúrgicas robóticas. A sua importância reside em sua capacidade de transformar a prática médica tradicional. Ela tem se tornado cada vez mais essencial no contexto global de saúde, especialmente diante das demandas crescentes por acessibilidade, qualidade e eficiência nos serviços médicos e pode proporcionar conveniência e acessibilidade para pacientes que precisam receber cuidados médicos sem a necessidade de deslocamento físico, economizando tempo e custos associados ao transporte e ao tempo de espera. Além disso, o uso de plataformas digitais reduz a sobrecarga de hospitais e clínicas, permitindo que os profissionais de saúde se concentrem em casos mais graves, o que melhora a eficiência do sistema como um todo.

A telemedicina está redesenhando o panorama da saúde global. Seu futuro depende de como os desafios atuais serão enfrentados e de como as novas tecnologias serão integradas de maneira ética e inclusiva.

Fonte: LUZ, M. R. M. *et al.* Telemedicina: avanços e desafios na integração da tecnologia à prática médica. **Revista Contemporânea**, vol. 4, n.º. 10, 2024 (com adaptações).

Questão 01. A compreensão de um texto dissertativo exige a identificação de como o autor estrutura seus argumentos e articula fatos ao longo da exposição para fundamentar seu ponto de vista. Diante dos mecanismos de fundamentação mobilizados na composição do texto, e considerando a progressão lógica das ideias e os pressupostos implícitos e explícitos, é CORRETO inferir que a trajetória histórica da telemedicina:

- (A) Apresenta uma dinâmica de desenvolvimento incremental, cuja evolução se confunde com a própria história dos meios de telecomunicação.
- (B) Desenvolveu-se de maneira intermitente, carecendo de relevância prática e social antes da eclosão de crises sanitárias contemporâneas.
- (C) Teve suas diretrizes fundamentais delineadas no cenário nacional para mitigar assimetrias geográficas na distribuição de profissionais.
- (D) Inaugurou-se de forma imediata na modernidade, impulsionada estritamente pela universalização do acesso às redes de internet.

Questão 02. No texto, os autores estabelecem um nexo causal entre a eclosão da crise sanitária global de 2020 e as transformações institucionais que viabilizaram a expansão da telemedicina, sugerindo que cenários de excepcionalidade alteram os ritmos de aceitação de novas práticas. Diante do quadro argumentativo apresentado, depreende-se que o fator determinante para a superação das barreiras burocráticas e das resistências regulatórias foi:

- (A) A necessidade imperativa de isolamento social somada à sobrecarga da demanda por assistência médica.
- (B) A obsolescência estrutural e tecnológica diagnosticada nos modelos tradicionais de atendimento clínico.
- (C) O consenso unânime alcançado pela comunidade médica global quanto à infalibilidade e à segurança jurídica imediata dos atendimentos remotos.
- (D) O alinhamento estratégico e a pressão econômica exercidos por conglomerados transnacionais da tecnologia digital avançada.

Questão 03. Ao examinar as potencialidades e as repercussões da telemedicina no ecossistema de saúde global, depreende-se que a relevância dessa modalidade para a eficácia do sistema reside primariamente na:

- (A) Sub-rogação irrestrita da prática clínica presencial, conferindo às plataformas digitais a exclusividade no manejo de qualquer natureza de quadro patológico.
- (B) Unificação dos processos de alta complexidade em ambientes virtuais, mediante a aplicação de protocolos automatizados e operados por inteligência artificial.
- (C) Dinamização da estrutura de atendimento, ao proporcionar ganhos logísticos aos pacientes e promover uma gestão mais racional dos leitos.
- (D) Mitigação das despesas fixas com infraestrutura física, viabilizando o encerramento de postos de triagem e de atendimento de urgência local.

Questão 04. No final do texto, os autores constroem uma projeção prospectiva acerca do desenvolvimento da telemedicina. Tendo em vista a estratégia de fechamento argumentativo adotada e os sentidos decorrentes desse fragmento, analise as três partes que seguem:

(1ª parte): Depreende-se do trecho que a mera sofisticação instrumental das plataformas digitais, por si só, é insuficiente para garantir o sucesso da telemedicina.

(2ª parte): A conclusão do texto projeta um cenário de interdependência entre o desenvolvimento técnico e o vetor social, sugerindo que o avanço da telemedicina deve ser acompanhado pela democratização do acesso.

(3ª parte): Atribui-se à telemedicina um papel ativo e transformador na contemporaneidade, caracterizando-a como um vetor de reconfiguração estrutural da saúde em escala mundial.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão corretas.

Questão 05. Analise o emprego das vírgulas no seguinte fragmento do segundo parágrafo do texto: **No Brasil, a telemedicina foi regulamentada de forma emergencial em 2020, com a finalidade de garantir o atendimento...** A respeito da justificativa gramatical e do efeito de sentido decorrente da marcação por vírgulas nesse trecho, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A segunda vírgula é obrigatória por separar uma oração coordenada adversativa, evidenciando uma quebra de expectativa em relação à regulamentação.
- (B) A segunda vírgula isola uma estrutura condicional, funcionando como uma pausa que organiza as justificativas socio-humanitárias do ato normativo.
- (C) A retirada de ambas as vírgulas comprometeria irremediavelmente a correção sintática do período, gerando um erro de concordância nominal.
- (D) A primeira vírgula isola um adjunto adverbial de lugar que, por estar deslocado para o início do período e possuir curta extensão, é facultativa.

Questão 06. O vocábulo **ferramenta** apresenta uma assimetria entre a sua representação gráfica e a sua realidade fonética, sendo constituído formalmente por 10 letras e 8 fonemas. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta um vocábulo extraído do texto que possui o mesmo número de fonemas que a palavra mencionada.

- (A) processo.
- (B) pandemia.
- (C) consultas.
- (D) contexto.

Questão 07. Considere o trecho do primeiro parágrafo e, com base em aspectos morfosintáticos e ortográficos da norma-padrão, analise as assertivas que seguem:

Essa prática ganhou relevância particular durante a pandemia de COVID-19...

- I. No contexto gramatical em que se insere, o vocábulo **particular** classifica-se morfológicamente como um adjetivo que especifica o substantivo **relevância**.
- II. Os vocábulos **prática** e **relevância** são acentuados graficamente com base na mesma regra gramatical, que determina a acentuação de vogais abertas.
- III. No contexto oracional, o vocábulo **Essa** classifica-se morfológicamente como um pronome demonstrativo e desempenha a função sintática de adjunto adnominal do substantivo a que acompanha.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 08. No terceiro parágrafo, afirma-se que a triagem realizada pelas plataformas digitais de atendimento médico **reduz a sobrecarga de hospitais e clínicas**. A expressão **sobrecarga**, no ambiente semântico da gestão em saúde global abordado pelo texto, traduz-se fielmente como:

- (A) A deterioração física estrutural e o sucateamento dos equipamentos tecnológicos das unidades.
- (B) O colapso financeiro decorrente da inadimplência dos usuários de planos de saúde privados.
- (C) A saturação da capacidade operacional e o esgotamento do fluxo de atendimento.
- (D) A hipertrofia burocrática dos sistemas de regulação que atrasa a liberação de procedimentos cirúrgicos complexos.

Questão 09. Com base na compreensão global do texto e na hierarquia das ideias estruturadas pelos autores ao longo do seu desenvolvimento argumentativo, analise as assertivas que seguem:

- I. O assunto principal do texto restringe-se à análise do impacto da pandemia de COVID-19 na infraestrutura tecnológica dos hospitais públicos brasileiros.
- II. A menção histórica ao uso do telégrafo e do rádio atua como a ideia principal do texto, da qual derivam as discussões sobre a legislação de 2020.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está incorreta.
- (B) Apenas II está incorreta.
- (C) I e II estão incorretas.
- (D) I e II estão corretas.

Questão 10. Analise a estrutura sintática da seguinte oração extraída do terceiro parágrafo do texto:

Ela tem se tornado cada vez mais essencial no contexto global de saúde...

A respeito do termo sublinhado e da correta classificação do seu sujeito segundo a gramática normativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A presença do pronome átono **se** atua como índice de indeterminação do sujeito, tornando a oração um exemplo de sujeito indeterminado de terceira pessoa.
- (B) Trata-se de um caso de sujeito oculto, visto que o verdadeiro núcleo substantivo do termo se encontra formalmente fora dos limites dessa oração.
- (C) Configura um sujeito simples, cujo núcleo é o pronome **Ela**, o qual se encontra expresso e realiza a concordância com a locução verbal.
- (D) Trata-se de uma oração sem sujeito, uma vez que o verbo **tornar-se** assume caráter impessoal ao indicar uma transição de estado contínua.

MATEMÁTICA/INFORMÁTICA/NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 11. A farmácia central do consórcio distribuiu em um dia um total de 160 caixas de dois medicamentos específicos, Alfa e Beta, para atender à demanda dos municípios integrados. O estoque do medicamento Alfa é armazenado em caixas que contêm 20 frascos cada, enquanto as caixas do medicamento Beta contêm 50 frascos cada.

Sabendo que o número total de frascos distribuídos somou exatamente 5.000 unidades, qual foi a quantidade de caixas entregues especificamente do medicamento do tipo Alfa?

- (A) 80 caixas.
- (B) 110 caixas.
- (C) 90 caixas.
- (D) 100 caixas.

Questão 12. A diretoria de um consórcio de saúde decidiu pavimentar uma área retangular interna de sua sede, cujas dimensões são de 12 metros de comprimento por 8 metros de largura. No centro desse espaço, haverá um canteiro verde circular com diâmetro correspondente à metade da largura total do terreno pavimentado.

Considerando a aproximação de π igual a 3, calcule a medida da área que receberá efetivamente o piso, excluindo a região que será destinada ao canteiro de plantas, e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 90 m².
- (B) 84 m².
- (C) 72 m².
- (D) 48 m².

Questão 13. Um reservatório de água em formato de cilindro circular reto foi instalado na sede do consórcio para garantir o abastecimento em períodos de manutenção. Esse tanque possui um diâmetro interno de 4 metros e uma altura total de 6 metros. Sabendo que no momento o nível da água atinge exatamente dois terços da capacidade máxima de armazenamento do cilindro, qual é o volume de água presente no reservatório? Considere a aproximação de π igual a 3 para a realização do cálculo.

- (A) 48 m³.
- (B) 72 m³.
- (C) 36 m³.
- (D) 96 m³.

Questão 14. Muitos usuários confundem a **Central de Notificações** com o menu de **Configurações Rápidas** do Windows 11, uma vez que ambos os recursos estão posicionados no canto inferior direito da Barra de Tarefas. Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve uma ação que pode ser executada exclusivamente por meio do menu de **Configurações Rápidas** (Windows + A) e não pela **Central de Notificações** (Windows + N).

- (A) Visualizar o calendário mensal com a data atual e consultar os compromissos agendados no sistema.
- (B) Limpar o histórico e gerenciar o agrupamento de alertas emitidos por aplicativos de segurança ou antivírus.
- (C) Ativar o recurso de Luz Noturna ou gerenciar conexões de dispositivos sem fio via Bluetooth.
- (D) Visualizar e interagir com o resumo de uma mensagem ou menção recebida no Microsoft Teams.

Questão 15. Durante uma auditoria de segurança da informação nos computadores do CISCOPAR, os técnicos de suporte orientaram os servidores a revisarem as configurações de privacidade dos navegadores de internet para evitar o rastreamento excessivo de dados e o vazamento de informações institucionais. No Google Chrome, a seção **Privacidade e segurança** centraliza os principais comandos para controle de dados, navegação e permissões de hardware. Com base nas ferramentas disponíveis nessa seção, analise as partes que seguem:

(1ª parte): Na seção **Guia de Privacidade**, o usuário pode gerenciar globalmente ou por domínio individual as permissões de acesso a componentes de hardware instalados na máquina, como a **Câmera** e o **Microfone**.

(2ª parte): Na seção **Excluir dados**, o usuário pode excluir imagens e arquivos em cache, o histórico de downloads e desinstalar drivers do sistema operacional.

(3ª parte): Na seção **Cookies de terceiros**, o usuário pode selecionar a opção **Bloquear cookies de terceiros** para impedir que redes de anúncios monitorem seus hábitos de navegação em múltiplos sites.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 3ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão incorretas.

Questão 16. No cotidiano administrativo do CISCOPAR, os servidores manipulam constantemente uma grande quantidade de documentos digitais, como editais de licitação, contratos de rateio e prontuários médicos. Para otimizar a localização e a triagem rápida desses documentos sem a necessidade de abrir múltiplos arquivos simultaneamente, os funcionários utilizam os recursos avançados de interface, atalhos e modos de exibição do **Explorador de Arquivos** do Windows 11. Considerando as funcionalidades da barra de ferramentas superior e os comandos de navegação desse gerenciador de arquivos, analise as assertivas que seguem:

- I. O modo de visualização **Lista** é o único que exibe o tamanho exato de arquivos de texto e planilhas em kilobytes (KB) logo ao lado do nome do arquivo.
- II. Na barra de ferramentas superior, o botão **Visualizar** permite ativar o **Painel de Visualização**, que mostra o conteúdo de um arquivo (como um PDF ou imagem) à direita da tela, antes mesmo de abri-lo.
- III. Para fechar rapidamente uma aba/guia específica que esteja ativa no **Explorador de Arquivos** sem fechar a janela inteira, o usuário pode utilizar a combinação de teclas **Ctrl + W**.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 17. A Constituição Federal traz que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos Municípios, por exemplo, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- I. O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, sem ressalvas.
- II. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 18. De acordo com o texto constitucional, a soberania popular deve ser exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, tal soberania popular se dá mediante as formas presentes em quantos dos seguintes itens? **I.** Iniciativa popular; **II.** Comissão Parlamentar de Inquérito; **III.** Mandado de segurança.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 19. À luz da atual legislação de licitações e contratos administrativos, o que se entende como qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato?

- (A) Notória especialização.
- (B) Serviço de engenharia.
- (C) Serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.
- (D) Serviços não contínuos ou contratados por escopo.

Questão 20. Conforme a Lei nº 14.133/2021, nas alterações unilaterais possíveis em contratos, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até _____ do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de _____.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) vinte por cento; trinta e cinco por cento.
- (B) cinquenta por cento; setenta e cinco por cento.
- (C) setenta e cinco por cento; cem por cento.
- (D) vinte e cinco por cento; cinquenta por cento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Um Analista do CISCOPAR recebeu a tarefa de redigir um parecer técnico para subsidiar a aquisição de novos equipamentos hospitalares. Ao iniciar a confecção estrutural do documento, o agente público elaborou uma seção específica contendo o resumo ordenado da demanda, o histórico dos fatos e o objeto principal do processo de contratação. De acordo com os padrões formais de estruturação e as regras de comunicação técnica vigentes, essa parte inicial do parecer corresponde a(o):

- (A) Relatório.
- (B) Ementa.
- (C) Preâmbulo.
- (D) Encerramento.

Questão 22. Como o Setor de Contadoria de um consórcio público apresentava lentidão no processamento dos balancetes mensais, um Analista redigiu um ofício ao presidente da entidade para solicitar a substituição dos computadores. Com o intuito de evitar o desperdício de tempo da autoridade destinatária, o agente público buscou eliminar períodos redundantes e explicações supérfluas, concentrando-se apenas nas informações essenciais para o atendimento do pedido. Nesse contexto, a postura do Analista harmoniza-se com o atributo da redação oficial denominado:

- (A) Clareza.
- (B) Coerência.
- (C) Concisão.
- (D) Formalidade.

Questão 23. Suponha que um Analista tenha sido designado para redigir a minuta de um novo regulamento interno para o CISCOPAR. Para tornar o texto mais dinâmico e evitar repetições, o agente público decidiu utilizar sinônimos variados para se referir a um mesmo procedimento técnico ao longo dos artigos da norma. Considerando as regras formais de técnica legislativa para a redação de atos oficiais, a conduta do Analista está INCORRETA e o texto precisa ser corrigido porque:

- (A) O uso de metáforas e termos informais é obrigatório para aproximar a linguagem técnica do cidadão comum.
- (B) A variação de termos técnicos em leis e regulamentos é recomendada para evitar o cansaço visual do leitor.
- (C) A criação de neologismos jurídicos confere maior erudição e robustez formal às decisões da instituição.
- (D) A clareza normativa exige expressar a mesma ideia sempre com a mesma palavra, evitando sinônimos que gerem dupla interpretação.

Questão 24. A diretoria de um consórcio público de saúde solicitou a um Analista a elaboração de uma nota instrutiva sobre a expansão de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Para garantir a neutralidade do documento que basearia a tomada de decisões, o agente público redigiu um texto técnico, objetivo e isento de opiniões pessoais ou sentimentalismos. Considerando o caso narrado, esse esforço do Analista em manter o distanciamento e a objetividade reflete o princípio da impessoalidade, o qual exige que:

- (A) O posicionamento institucional da Administração Pública reflita a convicção ideológica e a assinatura estilística do agente público que a representa.
- (B) A abordagem da matéria foque somente no interesse público, eliminando as impressões particulares e as visões subjetivas do redator.
- (C) O redator adapte o tom e o vocabulário do documento conforme o perfil político ou o cargo da autoridade que irá recebê-lo.
- (D) A linguagem técnica seja preterida em favor de termos informais, garantindo a ampla compreensão do ato por qualquer cidadão.

Questão 25. Um Analista de um consórcio público recebeu a incumbência de dimensionar a compra anual de resmas de papel A4. Após verificar os registros dos últimos doze meses, o agente público constatou que o consumo regular é de 200 resmas por mês nos 8 meses de atividade padrão. Contudo, identificou que, durante os outros quatro meses de maior fluxo de atendimentos ambulatoriais, o consumo eleva-se para 300 resmas por mês. Sabendo que o tempo de ressuprimento é de 15 dias, que o consórcio deseja manter um estoque de segurança equivalente a 50 resmas e que o ponto de pedido deve ser calculado com base no consumo mensal regular, assinale a alternativa que indica, CORRETA e respectivamente, a quantidade total a ser adquirida para o exercício e o ponto de pedido.

- (A) 2.800 e 150.
- (B) 3.600 e 200.
- (C) 2.800 e 100.
- (D) 2.400 e 200.

Questão 26. Para modernizar sua infraestrutura de TI, o CISCOPAR adquiriu um lote de computadores de alto custo. Assim que os equipamentos foram entregues pelo fornecedor e definitivamente recebidos, um Analista iniciou os trâmites de praxe para incluí-los no acervo do órgão. Durante o processo, o agente público inseriu as características físicas e os valores de aquisição no sistema logístico, além de afixar uma plaqueta com numeração sequencial e única em cada computador, liberando-os, em seguida, para uso nos setores. Considerando os conceitos de controle e guarda de equipamentos no setor público, a atividade executada pelo Analista caracteriza a etapa de:

- (A) Inventário físico rotativo.
- (B) Tombamento.
- (C) Transferência de carga.
- (D) Avaliação prévia.

Questão 27. Com a proximidade do encerramento do exercício financeiro, a diretoria de um consórcio público publicou uma resolução para instituir a comissão responsável pela execução do inventário físico anual. Contudo, o respectivo Tribunal de Contas do Estado impugnou o ato ao constatar que um dos membros designados era um Analista lotado permanentemente no almoxarifado central da entidade, cujas atividades rotineiras incluíam o recebimento e a guarda dos insumos. Considerando esse cenário hipotético, a impugnação da Corte de Contas ocorreu porque a designação do Analista responsável pela guarda dos bens para atestar a exatidão desse mesmo estoque violou o princípio da:

- (A) Segregação de funções.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Anualidade.

Questão 28. A fim de renovar sua frota própria, a diretoria de um consórcio público decidiu alienar veículos antigos que foram formalmente classificados como antieconômicos. Para viabilizar essa decisão, o Analista encarregado de operacionalizar o desfazimento patrimonial deve estruturar o certame licitatório na modalidade leilão, garantindo, dessa forma, a plena legalidade e a transparência do processo. Considerando o rito procedimental estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 para a condução desse certame, a materialização da venda exige a observância da seguinte sequência lógica de ações:

- (A) Exigência de habilitação prévia, avaliação dos bens, divulgação de edital, lances, pagamento e homologação final.
- (B) Publicação do edital, registro em cadastro unificado de licitantes, disputa de lances, análise de técnica e preço, pagamento e posterior avaliação.
- (C) Avaliação prévia dos bens, publicação do edital, apresentação de lances, julgamento, fase recursal, efetivação do pagamento e homologação.
- (D) Avaliação de mercado, publicação de edital, disputa por lances de menor preço, homologação imediata, fase recursal e pagamento.

Questão 29. Durante a estruturação financeira de um recém-criado consórcio público, a diretoria executiva questionou o setor de planejamento acerca da obrigação de se redigir um Plano Plurianual (PPA) autônomo e exclusivo para a entidade. Para sanar a dúvida, um Analista em Administração e Planejamento elaborou um parecer técnico detalhando a dinâmica dos instrumentos de planejamento na administração pública. À luz das regras constitucionais orçamentárias, o parecer técnico do Analista deve concluir que a edição do PPA pelo consórcio é:

- (A) Obrigatória, visto que o consórcio detém autonomia irrestrita para editar suas próprias leis orçamentárias e financeiras.
- (B) Inexigível, pois a entidade carece de poder legislativo, devendo suas ações estar amparadas nos PPAs dos entes consorciados.
- (C) Facultativa, dependendo de previsão expressa no contrato de rateio para que a assembleia geral aprove o plano em questão.
- (D) Impositiva, desde que os Prefeitos associados deleguem suas competências constitucionais orçamentárias à diretoria do órgão.

Questão 30. No processo de planejamento orçamentário brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desempenha um papel fundamental ao estabelecer as metas e prioridades da Administração para o exercício seguinte. Para assegurar a responsabilidade na gestão fiscal e a transparência das contas públicas, esse diploma legal deve ser acompanhado de documentos específicos que detalham riscos e metas fiscais. De acordo com as normas vigentes de finanças públicas, o documento que integra a LDO com o objetivo de avaliar passivos contingentes e outros eventos capazes de afetar as contas públicas denomina-se:

- (A) Anexo de Metas Fiscais.
- (B) Orçamento da Seguridade Social.
- (C) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- (D) Anexo de Riscos Fiscais.

Questão 31. O ordenamento jurídico brasileiro estabelece um rito sequencial e integrado para a aprovação das leis orçamentárias, garantindo que o planejamento de longo prazo oriente as prioridades anuais. Eventuais atrasos na votação desses instrumentos pelo Poder Legislativo podem comprometer a execução de programas governamentais e a legalidade das despesas no início do exercício financeiro. Considerando o encadeamento temporal entre as normas e as consequências de sua inobservância, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve:

- (A) Ser aprovada após o PPA e a LDO, sendo que sua ausência impede o início da execução de novos projetos no exercício seguinte.
- (B) Ser votada antes da LDO para garantir os recursos, permitindo a execução integral mesmo sem a aprovação do PPA.
- (C) Ser validada antes do PPA, autorizando a Prefeitura a realizar gastos por duodécimos até que a lei seja sancionada.
- (D) Ser aprovada logo após o PPA, mas antes da LDO, sob pena de intervenção estadual imediata nas contas da Prefeitura.

Questão 32. No âmbito da Administração Pública, a gestão de projetos é utilizada como um instrumento estratégico para a entrega de políticas públicas e a modernização institucional. Diferentemente das operações contínuas que mantêm o funcionamento rotineiro dos órgãos, o gerenciamento de projetos foca na implementação de mudanças e na criação de valor público por meio de esforços coordenados. Nesse sentido, a característica fundamental que distingue um projeto institucional de um processo rotineiro é:

- (A) A natureza permanente das atividades, visto que as demandas sociais no setor público exigem uma execução contínua e sem interrupções temporais.
- (B) A autonomia plena da fase de execução, o que dispensa a necessidade de monitoramento e controle sistemático por parte dos gestores públicos.
- (C) O caráter temporário e exclusivo, sendo um esforço único com início e término definidos para criar um produto, serviço ou resultado específico.
- (D) A imutabilidade do escopo e do cronograma, que impede qualquer adaptação ou ajuste técnico diante de riscos e incertezas do ambiente externo.

Questão 33. Atualmente, o Setor de Recursos Humanos de um consórcio público conta com apenas um Analista, o qual, ciente de que um novo colega recém-aprovado em concurso público será nomeado em breve para auxiliá-lo, decidiu elaborar um documento formal para agilizar o treinamento. Nele, o Analista detalhou o passo a passo de como o trabalho diário deve ser executado, prescrevendo a sequência cronológica exata das tarefas, com o fim de padronizar as ações, evitar desvios e garantir a uniformidade operacional. À luz da gestão de processos e da estruturação do planejamento organizacional, o instrumento formulado pelo Analista para guiar a rotina do setor classifica-se como:

- (A) Manual de boas práticas.
- (B) Ordem de serviço.
- (C) Diagnóstico estrutural.
- (D) Procedimento operacional padrão.

Questão 34. Com o propósito de ampliar a rede de atendimento e consolidar sua presença territorial, suponha que a cúpula diretiva de um consórcio público estabeleceu a meta institucional de integrar todos os quinze municípios da região, visto que, atualmente, a entidade conta com apenas oito entes associados. Para viabilizar esse projeto de expansão, um Analista foi incumbido de formular as diretrizes globais que guiarão os esforços do órgão frente ao ambiente externo ao longo dos próximos cinco anos. Considerando os níveis de abrangência e o horizonte temporal exigidos para a tomada de decisões organizacionais, a estruturação dessa meta pelo Analista caracteriza a elaboração do planejamento:

- (A) Tático.
- (B) Estratégico.
- (C) Operacional.
- (D) Funcional.

Questão 35. Durante a fase preparatória para a aquisição de um grande lote de equipamentos de informática, o setor competente de um consórcio público precisou estimar o valor referencial da futura contratação. Para garantir a precisão do orçamento e mitigar quaisquer riscos de sobrepreço, a equipe técnica fundamentou sua orçamentação na construção de uma “cesta de preços”. De acordo com as diretrizes legais e jurisprudenciais que orientam a estimativa de custos nas compras governamentais, a “cesta de preços” consiste na:

- (A) Obtenção de pelo menos três orçamentos junto a fornecedores privados locais, para garantir o fomento ao comércio da região.
- (B) Utilização combinada de múltiplas fontes de pesquisa, com prioridade para os valores praticados em outras licitações.
- (C) Seleção do menor valor orçado em catálogos eletrônicos, sendo vedada a mescla com cotações mercadológicas.
- (D) Adoção de um valor referencial imutável baseado unicamente na inflação acumulada do exercício financeiro anterior.

Questão 36. Durante o planejamento de suas contratações públicas, a equipe técnica de um consórcio público precisa realizar um levantamento de mercado para mapear os modelos de execução, a existência de soluções similares, a variação de preços e a quantidade de fornecedores aptos a atender à demanda institucional. Essa análise fornece subsídios fundamentais para que o órgão compreenda as opções disponíveis antes de definir a especificação definitiva do objeto. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre a fase preparatória, afirma-se CORRETAMENTE que o levantamento de mercado deve constar no:

- (A) Estudo Técnico Preliminar.
- (B) Termo de Referência.
- (C) Projeto Básico.
- (D) Edital.

Questão 37. No âmbito do planejamento governamental moderno, a integração entre o planejamento estratégico e o orçamento público permitiu a superação do antigo modelo clássico. Essa evolução consolidou uma sistemática em que o orçamento deixa de ser um simples documento contábil de previsão de gastos para se tornar um instrumento de gestão voltado para a consecução de objetivos. Considerando os aspectos teóricos que fundamentam esse modelo, a principal característica do orçamento-programa é:

- (A) Focar exclusivamente no controle contábil das despesas por meio da listagem detalhada de itens de consumo e insumos.
- (B) Priorizar a classificação das despesas por unidades administrativas, sem vinculação direta com políticas públicas.
- (C) Ênfase no alcance de metas e resultados socioeconômicos, vinculando as dotações financeiras aos objetivos governamentais.
- (D) Rigidez na execução financeira, impedindo a flexibilidade técnica necessária para o ajuste frente a novos riscos.

Questão 38. A fim de suprir a demanda contínua por plantões de médicos pediatras nas unidades de saúde dos municípios associados, um consórcio público planejou um modelo de contratações plurais. O objetivo da entidade era arregimentar o maior número possível de profissionais habilitados na região que estejam dispostos a prestar o serviço de forma simultânea e por um valor padronizado e previamente fixado pela própria Administração. Como a demanda institucional é superior à oferta e a intenção é abranger absolutamente todos os interessados que preencherem os requisitos técnicos, a disputa tradicional de preços entre os fornecedores torna-se inviável. À luz das disposições da Lei nº 14.133/2021, a estruturação desse modelo para a arregimentação dos prestadores de serviços de saúde configura uma hipótese de:

- (A) Dispensa de licitação em razão do valor, exigindo o julgamento por técnica e preço de cada profissional interessado.
- (B) Licitação na modalidade pregão ou concorrência, desde que pelo menor preço.
- (C) Contratação direta por inexigibilidade, devendo o consórcio selecionar apenas uma única clínica de forma exclusiva.
- (D) Inexigibilidade de licitação, sendo o credenciamento um procedimento auxiliar para a execução desse objeto.

Questão 39. Suponha que, a fim de otimizar a expansão de sua rede de cobertura, a diretoria do CISCOPAR tenha mapeado todo o fluxo de entrada de um novo município-membro, desde o contato inicial do Prefeito com a entidade até a liberação do primeiro atendimento médico aos munícipes. Para estruturar o monitoramento desse fluxo, um Analista em Administração e Planejamento aplicou o ciclo PDCA, e, após a definição do escopo, a execução prática do rito de adesão e a devida checagem dos indicadores propostos, ele constatou que o tempo de integração e a qualidade operacional alcançaram integralmente os resultados esperados. De acordo com as premissas da ferramenta de gestão da qualidade aplicada, diante do resultado favorável apurado na verificação, a etapa final do ciclo exige que o Analista:

- (A) Descarte as medições realizadas, visto que a melhoria contínua foca exclusivamente na mitigação de falhas e defeitos.
- (B) Reinicie o planejamento das atividades, elaborando um novo fluxo de tarefas isolado e exclusivo para o próximo ente.
- (C) Implemente ações corretivas de imediato, alterando o desenho institucional para evitar a acomodação dos funcionários.
- (D) Promova a padronização das ações e do planejamento adotado, visando garantir a previsibilidade em futuras adesões.

Questão 40. Suponha que a rede de atendimento credenciada do CISCOPAR tenha registrado um aumento repentino na demanda por cirurgias eletivas, motivo pelo qual a diretoria exigiu uma resposta estratégica imediata. Para solucionar esse gargalo assistencial, um Analista foi incumbido de formular um modelo de gestão que integrasse o orçamento financeiro e a logística de suprimentos médicos à nova realidade epidemiológica da região, pois o consórcio precisava garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Considerando a necessidade de harmonizar a administração de recursos públicos com o alcance dos resultados sociais pretendidos, a efetividade do modelo de gestão proposto pelo Analista será atestada por sua capacidade de:

- (A) Reduzir drasticamente os custos operacionais do consórcio, ainda que o tempo de espera dos pacientes sofra forte prorrogação.
- (B) Cumprir rigorosamente todas as etapas burocráticas de aquisição, independentemente da agilidade na entrega dos insumos.
- (C) Compatibilizar a alocação de recursos materiais e financeiros com as demandas reais e urgentes da população usuária local.
- (D) Centralizar as verbas na diretoria do órgão para formar superávit, desconsiderando as variações nas metas hospitalares.

Questão 41. Ao revisar a minuta do protocolo de intenções para a criação de um consórcio público, um Analista em Administração e Planejamento impugnou uma cláusula que impunha repasses financeiros compulsórios e diretos aos cofres da nova entidade pelas Prefeituras associadas. Em seu parecer, o agente público destacou que é nula qualquer cláusula do instrumento constitutivo que preveja contribuições financeiras ou econômicas, ressalvadas raras exceções, como a doação de bens móveis ou a cessão de direitos operadas por gestão associada.

À luz da legislação que disciplina e regulamenta as parcerias interfederativas, a nulidade da cláusula de repasse financeiro no ato constitutivo ocorre porque:

- (A) A fixação de despesas deve ocorrer apenas após o primeiro balanço orçamentário e financeiro anual da instituição.
- (B) O ente consorciado está proibido de descentralizar verbas orçamentárias para autarquias de outras esferas de governo.
- (C) A entrega de recursos financeiros ao consórcio público exige a prévia formalização de um contrato de rateio específico.
- (D) O custeio das atividades interfederativas restringe-se exclusivamente à arrecadação de tarifas e preços públicos.

Questão 42. No âmbito da cooperação interfederativa, a gestão associada de serviços públicos permite que entes da Federação unam esforços para alcançar objetivos comuns com maior eficiência. Para que essa união ganhe personalidade jurídica e possa realizar contratações, os chefes do Poder Executivo devem firmar um documento preliminar que estabelece as bases da cooperação e as obrigações de cada participante. Conforme o regramento que disciplina os consórcios públicos, a formalização definitiva do contrato de consórcio depende da prévia assinatura do:

- (A) Contrato de rateio.
- (B) Termo de parceria.
- (C) Protocolo de intenções.
- (D) Convênio.

Questão 43. Considere que, durante a rotina de abastecimento do CISCOPAR, um grande lote de insumos ambulatoriais recém-adquiridos foi descarregado no almoxarifado central. Para que o pagamento ao fornecedor seja devidamente autorizado pela área financeira, um Analista deve realizar o procedimento formal de recebimento dos itens, garantindo que o consórcio pague com exatidão pelo que solicitou. No cumprimento dessa etapa da administração de materiais, a conferência regular exige que o Analista ateste a conformidade simultânea entre:

- (A) Os dados da nota de empenho, as informações da nota fiscal e as características da mercadoria efetivamente entregue.
- (B) As diretrizes do planejamento estratégico, as regras do edital de licitação e as necessidades urgentes das unidades.
- (C) O histórico de consumo do ano anterior, o formulário de requisição interna e o balanço contábil da empresa contratada.
- (D) O catálogo padronizado de materiais, a ata de registro de preços e o atestado de capacidade técnica do fornecedor.

Questão 44. Em virtude de reiteradas faltas injustificadas ao expediente na repartição, um Analista de um consórcio público recebeu a sanção de suspensão pelo prazo de cinco dias. Sua chefia imediata aplicou a punição embasando-se apenas nos registros incontestáveis do ponto eletrônico, sem instaurar qualquer procedimento prévio para que o empregado público pudesse apresentar suas justificativas. À luz das garantias constitucionais e das regras do processo administrativo disciplinar, a imposição direta dessa penalidade, sem a oitiva prévia do agente público, acarreta a:

- (A) Nulidade absoluta do ato punitivo.
- (B) Validade da suspensão, pois o controle eletrônico configura prova incontestável que autoriza a adoção do rito da verdade sabida.
- (C) Suspensão temporária da punição até que o consórcio obtenha a autorização do Ministério Público do Trabalho.
- (D) Conversão automática da penalidade em advertência verbal.

Questão 45. No estudo da evolução das finanças estatais, a doutrina estabelece um conjunto de preceitos teóricos concebidos para assegurar a transparência e o rigoroso controle parlamentar sobre o patrimônio público. Dentre essas diretrizes clássicas, uma delas exige a demonstração financeira de todos os ingressos e dispêndios de forma integral, proibindo expressamente o registro de montantes líquidos. Nesse sentido, a impossibilidade legal e contábil de se realizar abatimentos ou deduções prévias nas contas governamentais caracteriza a aplicação do princípio do(a):

- (A) Orçamento bruto, que exige a demonstração das cifras em sua totalidade para impedir a ocultação do real volume de gastos.
- (B) Equilíbrio orçamentário, que veda a autorização de despesas em montante superior à expectativa de arrecadação do exercício.
- (C) Universalidade, que exige a inclusão de todas as receitas e despesas do ente para inibir a criação de caixas paralelos.
- (D) Não estorno, que proíbe o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra distinta.

Questão 46. Ao elaborar o planejamento estratégico de um consórcio público de Saúde, um Analista em Administração e Planejamento realizou o diagnóstico organizacional utilizando a Matriz SWOT. Durante a pesquisa, o agente público constatou que a recente estruturação de dois consórcios vizinhos, com propostas de rateio financeiro mais atrativas, possui forte potencial para atrair os municípios atualmente associados à sua instituição. À luz dos preceitos teóricos da ferramenta gerencial aplicada, o cenário concorrencial identificado pelo Analista deve ser classificado como um fator do ambiente:

- (A) Interno, caracterizando uma fraqueza que pode ser revertida imediatamente por meio de uma campanha de publicidade institucional.
- (B) Interno, configurando uma ameaça diretamente controlável pelos gestores mediante a simples imposição de multas de fidelidade.
- (C) Externo, representando uma fraqueza originada pela falta de inovação tecnológica da rede de clínicas médicas credenciadas.
- (D) Externo, consistindo em uma ameaça a princípio não controlável que pode prejudicar a manutenção e a competitividade da entidade.

Questão 47. Suponha que, após a homologação de um novo certame para o preenchimento de vagas na área administrativa, o CISCOPAR procedeu à convocação dos candidatos aprovados. Por força de expressa disposição legal que disciplina a atuação administrativa das parcerias interfederativas, a admissão dos agentes para o quadro permanente da entidade deu-se sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), outorgando-lhes a condição jurídica de empregados públicos. Visto que a admissão do quadro de pessoal permanente do consórcio ocorreu por meio da legislação trabalhista, a natureza da relação jurídica estabelecida gera a consequência direta de que esses profissionais:

- (A) Adquirem estabilidade plena após três anos de efetivo exercício, equiparando-se integralmente aos servidores estatutários.
- (B) Gozam de estabilidade provisória, sendo passíveis de demissão unicamente mediante decisão judicial transitada em julgado.
- (C) Submetem-se ao estatuto da fundação de saúde conveniada, o que assegura de forma automática a perpetuidade do vínculo.
- (D) Não alcançam a estabilidade constitucional própria dos cargos de provimento efetivo, pois titularizam empregos públicos.

Questão 48. O ordenamento jurídico pátrio impõe diretrizes rigorosas para assegurar a transparência e a responsabilidade fiscal na gestão das finanças governamentais. No âmbito das parcerias interfederativas, as despesas realizadas por essas entidades não constituem um montante isolado, invisível ou imune às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. A esse respeito, afirma-se CORRETAMENTE que o cômputo das despesas com pessoal executadas pelo consórcio público para fins de verificação dos limites fiscais exige que tais dispêndios sejam:

- (A) Consolidados nas contas de cada ente consorciado, de acordo com os recursos entregues por meio do contrato de rateio.
- (B) Apurados de forma autônoma pelo consórcio, visto que a entidade associativa possui personalidade jurídica e limites únicos.
- (C) Contabilizados integralmente no orçamento da união, que atua como garantidora universal das parcerias interfederativas.
- (D) Excluídos do limite prudencial dos municípios associados, para não engessar a expansão continuada dos serviços de saúde.

Questão 49. Durante a revisão dos instrumentos de cooperação de um município, um Analista constatou que a assembleia geral deliberou pela extinção formal do consórcio público ao qual a Prefeitura era associada. Contudo, o agente público verificou a existência de um contrato de programa em plena execução, firmado originariamente para garantir a prestação contínua de serviços essenciais à população local. Ao emitir um parecer sobre os desdobramentos legais desse encerramento institucional, o Analista concluiu CORRETAMENTE que o contrato de programa continuará vigente mesmo quando extinto o consórcio público que autorizou a gestão associada, porque:

- (A) A lei determina a conversão automática do ajuste em contrato de concessão comum, transferindo-se a execução à iniciativa privada.
- (B) A extinção não prejudica as obrigações já constituídas, dependendo do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.
- (C) A gestão associada confere caráter de perpetuidade ao serviço, sendo juridicamente vedado qualquer desfazimento antecipado.
- (D) O ente associado de maior porte financeiro sub-roga-se compulsoriamente na posição de contratante exclusivo da avença original.

Questão 50. Para viabilizar o início imediato das operações de um consórcio público recém-criado, as Prefeituras associadas decidiram compartilhar sua força de trabalho administrativa. Por meio de atos formais, diversos servidores efetivos dos municípios foram cedidos para atuarem presencialmente na sede da nova entidade interfederativa. Conforme as regras vigentes sobre a matéria, a cessão desses agentes para atuar no órgão consorcial determina que eles:

- (A) Passem a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, com a suspensão temporária do vínculo estatutário original.
- (B) Permaneçam submetidos ao regime jurídico e previdenciário a que já se encontravam vinculados em seus entes de origem.
- (C) Sejam redistribuídos em caráter definitivo para o quadro próprio do consórcio, extinguindo-se a relação com a Prefeitura.
- (D) Celebrem um novo contrato temporário de excepcional interesse público diretamente com o representante legal da associação.